



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Celeste Gobbato, 229 - Bairro Praia de Belas - CEP 90110-906 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO EXTERNA PARA AÇÕES FORMATIVAS

1. OBJETO

Contratação de **empresa** para realização da ação formativa de interesse do TJRS, demanda do Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do PJRS (CJUD), sobre a "Formação de Formadores (FOFO) - Nível 1, Módulo 3 (2º Edição)". O objetivo é formar alunos para a prática docente e aperfeiçoamento, com fundamento nas diretrizes pedagógicas da ENFAM e do Planejamento Estratégico, pautados na ética, no humanismo e na interdisciplinaridade na formação de magistrados e servidores do PJRS, a fim de qualificar a força de trabalho do Poder Judiciário do RS. O Módulo 3 será preferentemente na modalidade Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona), com carga horária de 20 (vinte) horas-aula, a ser realizado no período de 20/6/2024 a 23/6/2024. Deverá ser privilegiado o uso de metodologias ativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A formação de formadores já está consolidada nos Tribunais de Justiça de todo o país e tem o protagonismo do aluno, por meio do uso de metodologias ativas. Essas metodologias são imprescindíveis para o desenvolvimento de competências de média e alta complexidade na formação profissional.

A partir da experiência da ENFAM, que é referência em programas voltados para a formação de formadores de magistrados, o curso para a formação de formadores do CJUD-PJRS se propõe a aliar os conceitos referentes à formação profissional e ensinagem. O público-alvo são magistrados e servidores.

Os profissionais indicados possuem ampla experiência no que diz respeito à formação de magistrados e servidores no Brasil, conforme detalhado abaixo:

Fernando de Assis Alves - CPF 014.773.331-69 (doc. 6304219)

Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Pedagogo e Mestre em Educação e Comunicação, pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Pública e Sociedade. Diretor Presidente do Grupo Educando para a Vida - EDUCAVIDA. Foi professor na Universidade de Brasília. Já atuou como consultor de educação em Organismos Internacionais como UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNODC. Tem experiência na área de Educação, Formação de Formadores de Magistrados, Tecnologias da Informação e Comunicação, Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com ênfase em Educação e Promoção de Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias aplicadas à educação, formação de formadores magistrados, políticas e gestão pública, educação, inovação e marketing, Formação Inicial de Magistrados.

Vladimir Santos Vitovsky - CPF 023.939.037-71 (doc. 6304237)

Pós-doutorando do ProPEd UERJ com o Projeto "Escolas de Magistratura e as ações pedagógicas de cidadania na formação de magistrados: currículo, cotidianos e educação de adultos, supervisionado pela Professora Doutora Jane Paiva. Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI" (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada "Fora do Processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa", orientado do Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, aprovado com Distinção e Louvor por unanimidade. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do

Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Direito, com ênfase em Administração da Justiça e Sociologia Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à justiça e educação para cidadania, Formação de Magistrados, Gestão da Administração Judiciária e Execução Fiscal.

O Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul (CJUD), criado pelo Ato nº 041/2015-P e alterado pelo de Ato nº 042/2016-P, é o setor responsável por implementar, coordenar, executar e promover atividades formativas voltadas à qualificação, ao aperfeiçoamento, à formação e ao desenvolvimento de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores no âmbito da Justiça Estadual do RS.

A perspectiva de atuação do CJUD está direcionada para a prática interdisciplinar, a relação teoria x prática, preparação para novos desafios, aprendizagem contínua, troca de experiências e desafios para os integrantes do PJRS. O CJUD firma seu compromisso com a socialização do saber por meio do ensino em suas diversas formas e com a divulgação do conhecimento produzido ou internalizado no âmbito do PJRS.

Os cursos ofertados pelo CJUD dispõem de enfoque diferenciado, pois inerentes à missão institucional e orientados a dimensões distintas que formam a cadeia de valor do Tribunal. A dimensão interna compreende os membros e servidores do TJRS, enquanto a dimensão externa abrange os órgãos jurisdicionados e segmentos estratégicos. A efetivação dessa visão da escola passa pela formação e o aperfeiçoamento de seu corpo técnico, incluindo os formadores que atuam neste Tribunal.

Ainda, conforme a Resolução da ENFAM nº 2, de 8 de junho de 2016, estabelece em seu art. 35: "A formação de formadores tem por objetivo desenvolver, continuamente, competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrados". Além disso, o art. 37 dispõe que o programa de formação de formadores deve oportunizar o desenvolvimento de competências para o exercício de atividades pedagógicas realizadas por docentes, incluindo as atividades de participação na organização e gestão nas escolas judiciais e de magistratura e de auxílio às corregedorias.

3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

Empresa: TIWINAN EDUCACIONAL - CNPJ: 48.763.417/0001-32.

Curso: Formação de Formadores (FOFO) - Nível 1, Módulo 3 (2º Edição).

Modalidade: Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona).

Carga horária total: 20 horas-aula.

Metodologia: A abordagem formativa adotada será híbrida, compreendendo dois dias de aulas presenciais e dois dias de atividades EAD - assíncronas, realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. A proposta metodológica deverá focar em métodos que primem pela participação dos cursistas, com momentos de interação e atividades colaborativas que permitam a aplicação das Diretrizes da Escola de Contas, baseadas nas Diretrizes Pedagógicas da Formação Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Isso deverá ocorrer com estratégias que englobem problematização da realidade na qual o educando-formador está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional. Para isso, serão promovidas atividades que prezem a relação teoria-prática, inserindo problemas e hipóteses que estimulem o aluno a produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos. As estratégias pedagógicas serão diversificadas, aliando aulas expositivas dialogadas com metodologias ativas como dramatização, simulação, estudo de caso, visando a formação de competências do formador e sua capacidade analítica e reflexiva.

Ementa: Elementos do plano de aula, organização da aula e processo avaliativo da aula, é a figura-chave para o desenvolvimento das competências dos magistrados, desempenhando seu papel de sujeito sócio-histórico-cultural integrador, responsável e multiplicador de conhecimentos, estudos do meio.

Corpo docente:

- Fernando de Assis Alves - CPF 014.773.331-69 (doc. 6304219): Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Pedagogo e Mestre em Educação e Comunicação, pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Pública e Sociedade. Diretor Presidente do Grupo Educando para a Vida - EDUCAVIDA. Foi professor na Universidade de Brasília. Já atuou como consultor de educação em Organismos Internacionais como UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNODC. Tem experiência na área de Educação, Formação de Formadores de Magistrados, Tecnologias da Informação e Comunicação, Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com ênfase em Educação e Promoção de Saúde, atuando principalmente

nos seguintes temas: tecnologias aplicadas à educação, formação de formadores magistrados, políticas e gestão pública, educação, inovação e marketing, Formação Inicial de Magistrados.

- Vladimir Santos Vitovsky - CPF 023.939.037-71 (doc. 6304237): Pós-doutorando do ProPEd UERJ com o Projeto "Escolas de Magistratura e as ações pedagógicas de cidadania na formação de magistrados: currículo, cotidianos e educação de adultos, supervisionado pela Professora Doutora Jane Paiva. Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI" (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada "Fora do Processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e limites de uma justiça participativa", orientado do Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, aprovado com Distinção e Louvor por unanimidade. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Direito, com ênfase em Administração da Justiça e Sociologia Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à justiça e educação para cidadania, Formação de Magistrados, Gestão da Administração Judiciária e Execução Fiscal.

Investimento total: R\$ 21.965,80 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

Investimento total por aluno: R\$ 732,19 (setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos).

Valor da hora/aula: R\$ 1.098,29 (um mil noventa e oito reais e vinte e nove centavos).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação do Nível, Módulo 2 - N1M3 (2ª Edição) da Formação de Formadores (FOFO) deverá ser realizada levando em consideração critérios pedagógicos fundamentais para o bom desenvolvimento da ação educativa. São eles:

- Conteúdo programático que aborde temas como: Elementos do plano de aula, organização da aula e processo avaliativo da aula. Desenvolvimento das competências dos magistrados. Papel de sujeito sócio-histórico-cultural integrador, responsável e multiplicador de conhecimentos. Estudos do meio.
- Carga horária total de 20 horas-aula.
- Curso na modalidade Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona).
- Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA

A ação educativa ocorrerá na modalidade Híbrida (Presencial + EAD - assíncrona). As aulas presenciais ocorrerão nas dependências do CJUD e as atividades assíncronas serão disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do CJUD - Moodle. A carga horária total será de 20 horas-aula. O público-alvo compreende magistrados e servidores do PJRS.

Os recursos materiais necessários incluem computadores com acesso à internet para registro de frequência, e para os formadores, uma impressora, data show, quadro branco, flipchart, fichas de atividade, textos, uma resma de papel A4, 30 etiquetas e 10 cartolinas brancas, além da preferência por salas equipadas com carteiras ou cadeiras móveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá após o ateste referente à plena execução dos serviços contratados.

Execução das ações de capacitação previstas neste Termo de Referência com utilização de metodologias ativas, fornecimento de material atualizado, e ao final da ação formativa, envio da lista de frequência e de cursistas aprovados, reprovados e evadidos para o e-mail cjudcursos@tjrs.jus.br, caso o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle não forneça o relatório correspondente automaticamente.

Possuir o fornecedor e/ou contratado documentação válida no momento do pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Conforme especificações técnico-pedagógicas necessárias e suficientes para atendimento da necessidade da contratação, devendo o fornecedor e/ou contratado possuir documentação válida, no que se refere à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica (CND, FGTS, CADIN e CFIL), além do cadastro no AFE e encaminhar a Declaração de não parentesco exigida pelo Conselho Nacional de Justiça.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R\$ 21.965,80 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline de Souza, Pedagogo(a) Judiciário(a)**, em 05/02/2024, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6310440** e o código CRC **821B38F5**.